

ATO ADMINISTRATIVO Nº 1.081/2022-PGJ

Prorroga o prazo de funcionamento presencial das unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso em forma de rodízio e altera do Ato Administrativo nº 1.078/2022-PGJ.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 416, de 22 de dezembro de 2010,

CONSIDERANDO os altos índices de contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, e de ocupação dos leitos de UTI, demonstrados no Painel COVID-19 da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso¹,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 28 de fevereiro de 2022, o prazo em que as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso funcionarão presencialmente, em forma de rodízio, observado o horário do expediente institucional, como medida preventiva de redução do risco de contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19.

Art. 2º O Ato Administrativo nº 1.078/2022-PGJ, que dispõe sobre medidas preventivas de redução do risco de contaminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 1º No período de 21 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022, todas as unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso - MPMT funcionarão presencialmente, em forma de rodízio, observado o horário do expediente institucional, na forma deste Ato Administrativo.

.....” (NR)

1 Disponível em <<http://www.saude.mt.gov.br/painelcovidmt2/>>.



Art. 3º Este Ato Administrativo entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá/MT, 02 de fevereiro de 2022.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça